

RECURSO ESPECIAL Nº 1.793.838 - SP (2019/0028316-5)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECORRIDO : JACKSON ROBERVAL DE SA
ADVOGADO : MAURICIO BARRETO ASSUNÇÃO E OUTRO(S) - SP247293

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PENAL. TRÁFICO PRIVILEGIADO. QUANTIDADE E NATUREZA DA DROGA. PRETENSÃO DE AFASTAMENTO DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA. DEDICAÇÃO A ATIVIDADES CRIMINOSAS. REVISÃO DE PREMISSA FÁTICA. REEXAME PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N.º 7/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas *a e c*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça daquela Unidade Federativa (Apelação n.º 0065049-42.2017.8.26.0050).

Consta nos autos que o Recorrido foi condenado, como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006, às penas de 5 (cinco) anos, 2 (dois) meses e 15 (quinze) dias de reclusão, em regime inicial fechado, e 520 (quinhentos e vinte) dias-multa (fl. 162).

Irresignada, a Defesa recorreu ao Tribunal de origem, que deu parcial provimento à apelação defensiva, a fim de "*reduzir a pena para quatro anos, quatro meses e dois dias de reclusão e quatrocentos e trinta e três dias-multa, no valor mínimo unitário, alterado o regime carcerário para inicial semiaberto*" (fl. 212).

Nas razões do recurso especial, sustenta-se, em síntese, ofensa ao art. 33, § 4.º, da Lei n.º 11.343/2006, sob o argumento de que a referida minorante não poderia ter sido aplicada no caso, pois "*o recorrido transportava enorme quantidade de entorpecentes (maconha e cocaína), o que autoriza a conclusão segura de que se dedicava à atividade criminosa de tráfico de entorpecentes, na medida em que a citada circunstância é incompatível com a prática ocasional do tráfico*" (fl. 282).

Alega-se, ainda, que o entendimento adotado no acórdão recorrido

divergiu da orientação adotada por esta Corte no julgamento do AgRg no REsp n.º 1.475.202/MG.

A parte contrária não apresentou contrarrazões (fl. 313).

O Ministério Público Federal, em parecer do Procurador Regional Roberto Moreira de Almedia, opinou pelo provimento do recurso especial (fls. 324-329).

É o relatório. Decido.

No caso, apesar da quantidade e da diversidade de drogas apreendidas – **1,9 kg de cocaína e 1,7 kg de maconha** (fl. 157) – indicarem um maior envolvimento do Recorrido com o tráfico de drogas, a Corte estadual concluiu que, "*tendo em vista a primariedade e porquanto ausente demonstração de envolvimento com organização criminosa, deve ser assegurada a incidência da o causa redutora prevista no artigo 33, § 4.º, da Lei 11.343/06*" (fl. 265).

Assim, com base nesta conclusão fática, o Tribunal local decidiu aplicar a causa de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4.º, da Lei n.º 11.343/2006, porém se utilizou da quantidade e da diversidade de drogas apreendidas para matizar a fração de redução, aplicando-a no patamar mínimo de 1/6 (um sexto).

Com efeito, a partir da moldura fática delineada nos autos, para rever a decisão da instância ordinária e reconhecer que o Recorrido se dedica habitualmente a atividades criminosas ou possui envolvimento com organização criminosa, seria necessário amplo reexame de provas, o que não é possível no recurso especial, conforme se extrai do Enunciado Sumular n.º 7 desta Corte Superior.

Nesse sentido:

"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DA PENA. PRETENSÃO DE AFASTAMENTO. SÚMULA 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Não obstante a quantidade de droga apreendida, concluiu o Tribunal de origem que o agente não se dedicava a atividades criminosas, aplicando-se, por consequência, a minorante do tráfico privilegiado, razão pela qual a reversão do julgado demandaria o revolvimento do conjunto fático probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.

2. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 1.349.506/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe de 23/04/2018; sem grifos no original.)

"PENAL. PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL APRESENTADO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. TRÁFICO DE DROGAS. CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO DE PENA (ART. 33, § 4º, DA LEI N. 11.343/06). APLICAÇÃO. AUSÊNCIA DE DEDICAÇÃO DOS RÉUS À ATIVIDADE CRIMINOSA. CONCLUSÃO DA CORTE DE ORIGEM. MODIFICAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. Concluindo as instâncias ordinárias pela presença dos requisitos legais para a concessão da benesse do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006, não há como alterar esse entendimento no recurso especial, em razão do óbice do enunciado n. 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

2. É que para se afastar a conclusão das instâncias ordinárias, acolhendo-se a tese de que os recorridos se dedicam a atividades criminosas, é necessário o reexame aprofundado das provas, inviável em sede de recurso especial.

3. Agravo regimental não provido." (AgRg no AREsp 825.689/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 04/08/2016, DJe de 12/08/2016; sem grifos no original.)

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora